

# Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

# **Processos de Transformação do Mundo do Trabalho**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307  1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.  CDD 331
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-



nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de



leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira  
Mickaelle Bezerra Calaça

**DOI 10.22533/at.ed.3821903077**

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING  
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes  
Maria Juliana Moreira da Costa  
Jeovana da Silva Rodrigues  
Thais Rodrigues Ferreira  
Liliana Gama Oliveira  
Ranieli Cavalcante dos Santos  
Nataly de Fatima Sousa Martins

**DOI 10.22533/at.ed.3821903078**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA  
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho  
Keity Ayumi Akimura  
Silvana Souza Netto Mandalozzo

**DOI 10.22533/at.ed.3821903079**

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann  
Flávia Xavier de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.38219030710**

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA  
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

**DOI 10.22533/at.ed.38219030711**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O  
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi  
Marilane Oliveira Teixeira  
Alisson Droppa

**DOI 10.22533/at.ed.38219030712**

**CAPÍTULO 13 ..... 145**

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas  
Amanda Alves dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.38219030713**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>157</b>
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>183</b>
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>198</b>
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>216</b>
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030720</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>255</b>
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>271</b>
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>286</b>
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>300</b>
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>317</b>
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>333</b>
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030727</b>	

**CAPÍTULO 28 ..... 348**

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA\*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

**DOI 10.22533/at.ed.38219030728**

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

**DOI 10.22533/at.ed.38219030729**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 369**



## RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

**Ana Elizabeth Neirão Reymão**

Faculdade de Ciências Econômicas -  
Universidade Federal do Pará (UFPA); Programa  
de Pós-Graduação em Direito - Centro  
Universitário do Pará (CESUPA)  
Belém, Pará

**João Gustavo Gouveia Loureiro**

Programa de Pós-Graduação em Economia -  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Belém, Pará

**RESUMO:** Diante da evidente transição demográfica, tanto em termos globais quanto nacional, para uma população mais envelhecida, são crescentes as necessidades de assistência e de proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária. No período de inatividade o padrão de consumo e as condições de vida dos trabalhadores aposentados são determinados, em maior ou menor grau, pelos benefícios previdenciários obtidos. Neste contexto e em meio às frequentes dúvidas quanto aos diferentes regimes previdenciários, o presente trabalho busca discutir os principais fatores e regras que norteiam a Previdência Social e a Previdência Complementar Aberta no Brasil, além de comparar, por meio de simulações, os rendimentos proporcionados aos trabalhadores em cada um desses regimes. Apesar das críticas e argumentos cada vez mais

pessimistas quanto ao futuro da previdência pública no país, os resultados mostram que, se adotadas as mesmas condições para os dois regimes, essa é largamente mais vantajosa do que a previdência privada e possibilita maior garantia de rendimentos e de qualidade de vida aos trabalhadores aposentados. Desse modo, questiona-se até que ponto as propostas de reforma da Previdência Social são benéficas e servem aos interesses dos trabalhadores brasileiros?

**PALAVRAS-CHAVE:** Previdência Social; Previdência Complementar;

**ABSTRACT:** In the face of the evident demographic transition, both globally and nationally, for the aging population, the needs for care and social protection are increasing for the most vulnerable at the top of the age pyramid. In the period of inactivity, the standard of consumption and the living conditions of retired workers are determined, to a greater or lesser degree, by the social security benefits obtained. In this context, and in the midst of frequent doubts about the different social security systems, this paper seeks to discuss the main factors and rules that guide Social Security and Open Supplementary Pension Plans in Brazil, and to compare, through simulations, the income provided to workers in each of these schemes. Despite the criticisms and arguments

that are increasingly pessimistic about the future of public pensions in the country, the results show that, if the same conditions are adopted for both regimes, this is far more advantageous than private pension provision and enables a greater guarantee of income and quality of life for retired workers. In this way, it is questioned to what extent the proposals of Social Security reform are beneficial and serve the interests of Brazilian workers?

**KEYWORDS:** Social Security; Supplementary Pension;

## 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194, *caput*, adota o conceito de Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Seguindo os ditames de um Estado Democrático e Social de Direito, esse sistema propõe-se a garantir proteção e segurança ao cidadão ao longo de sua existência, provendo-lhe a assistência e os recursos necessários para enfrentar situações de risco social.

Entendida como parte da Seguridade Social, a Previdência Social é uma espécie de seguro social que tem por objetivo cobrir tais riscos e prover subsistência e amparo ao trabalhador e seus dependentes em casos como a incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos de família, morte e reclusão.

No Brasil, a Previdência Social está estruturada em um regime de repartição simples, no qual pois os trabalhadores ativos contribuem, financiando o pagamento dos benefícios dos inativos. Nesse Regime Geral da Previdência Social (RGPS) existe, então, uma espécie de pacto intergeracional no qual o pagamento dos benefícios à atual geração dependerá da geração futura, de novos trabalhadores que ingressarem no sistema previdenciário.

Assim, a Previdência Social é contributiva e figura-se pela intervenção do Estado por meio da regulamentação e obrigatoriedade dos seguros sociais. De maneira complementar, tem-se a previdência privada, a qual é operada por meio das Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A diferença básica entre as duas é que as segundas, também conhecidas como Fundos de Pensão, atuam sob a forma de fundações de direito privado ou de sociedade civil e não possuem fins lucrativos, tendo a finalidade de administrar e operar planos de benefícios previdenciários criados por empresas (patrocinadores) para seus empregados (participantes) ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores) para seus associados (participantes). As entidades abertas, por sua vez, são acessíveis a qualquer pessoa física (Lei Complementar 109/2001).

A previdência complementar funciona como um fundo de investimentos orientado

para a aposentadoria. Trata-se de um regime de capitalização no qual a característica principal é o pré-financiamento do benefício, ou seja, o próprio trabalhador, individualmente, durante a sua fase laborativa, deve produzir um montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário.

Desta forma, percebe-se que os dois regimes distintos de previdência comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade. Entretanto, por muitas vezes o debate acerca da previdência pública e da privada gera certas dúvidas, principalmente, pelo desconhecimento das normas e princípios que as regem. Afinal, a previdência pública é mais vantajosa que a privada? Se os indivíduos pudessem optar por apenas uma destas, qual seria a melhor opção?

Com vistas a responder tais questões, o presente trabalho objetiva comparar os rendimentos proporcionados aos trabalhadores pela Previdência Social e pela Previdência Complementar no Brasil, que já possui quase 3 milhões de participantes. Trata-se de um estudo de caso sobre as vantagens ou não dos rendimentos auferidos para aplicação em previdência privada, tomando-se como referência benefícios oferecidos pela Brasilprev e pela Mapfre. Como detalhado adiante, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria.

Nas seções seguintes, o texto traz uma breve discussão sobre os rendimentos na aposentadoria, apresenta os dados da análise proposta e discute as conclusões do estudo.

## **2 | TRABALHO E RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA**

Como fruto dos avanços científicos e tecnológicos da humanidade, juntamente às ações nas áreas sociais e aos cuidados com a saúde e mudanças nos hábitos e estilos de vida da população, o aumento da longevidade trouxe novos desafios à sociedade. Dada a evidente transição demográfica, tanto em termos globais quanto nacional, para uma população mais envelhecida, são crescentes as necessidades de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária (BULLA & KAEFER, 2003).

Segundo Camarano (2002), para melhor entender e desenvolver políticas capazes de fazer face às necessidades enfrentadas por esta população mais envelhecida é crucial analisar suas condições de vida e de dependência. Um dos elementos fundamentais nesta análise são os rendimentos obtidos no momento da inatividade ou aposentadoria. Conforme destaca a autora, a renda dos idosos depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos.

Dado que, via de regra, os benefícios pagos pela previdência social são insuficientes para a manutenção de uma vida digna, o idoso necessita, por muitas vezes, manter ou retomar suas atividades laborativas. Tal fato é de clara observância, principalmente, quando os idosos são os chefes/mantenedores de seu núcleo familiar. A reinserção dos idosos e, portanto, crescente participação no mercado de trabalho brasileiro torna necessária a formulação de políticas públicas que os perceba como atores sociais e políticos que pertencem a uma categoria que demanda mais atenção (BULLA & KAEFER, 2003; WAJNMAN *et al*, 2004).

Nesse contexto, várias instituições financeiras vêm oferecendo planos de previdência complementar, os quais podem ser organizados de forma independente ao RGPS. Dentre as principais vantagens anunciadas, destaca-se o argumento de planos de “grande praticidade”, pois o dinheiro é debitado da conta de quem os adquire e administrado por bancos e seguradoras que apenas cobram uma taxa de administração em troca da “formação de uma poupança que será transformada em renda de aposentadoria no futuro”:

O dinheiro é debitado em sua conta corrente e uma grande equipe de funcionários passa a administrá-lo. Eles compram títulos públicos e, algumas poucas vezes, ações; cuidam da contabilidade e enviam extrato com a evolução de seu investimento. Tudo isso sem que você precise sair de casa ou ficar acompanhando as loucuras do “Mercado Financeiro” ou ter que administrar inquilinos enrolados ou, ainda, negócios arriscados. Lógico que tudo isso tem custos. Outra vantagem é a sua liquidez, já que os depósitos podem ser sacados a cada dois meses (GUIMARÃES, 2010, p. 80).

Apesar de advertirem sobre os riscos e a importância do bom planejamento das aplicações em previdência privada para que o saldo acumulado na data da aposentadoria seja transformado em benefícios de renda mensal, observa-se que a cada reforma previdenciária anunciada pelos governos, na qual a cada dia vai-se reduzindo os direitos sociais dos cidadãos, um número maior de participantes procura esse tipo de aplicação financeira. Teme-se que o benefício a ser recebido pelo aposentado pela Previdência Social não lhe permitirá manter o padrão de vida ao qual está acostumado contando apenas com esta renda, fortalecendo a defesa da previdência complementar.

Assim, é perceptível a relação entre as condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos com os benefícios previdenciários obtidos, uma vez que estes determinam, em maior ou menor grau, seu poder de consumo e qualidade de vida. Dado que os regimes previdenciários (público e privado) comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, percebe-se a necessidade de compreender as regras que os norteiam, suas vantagens e desvantagens, bem como a possibilidade de complementariedade ou não entre ambos.

### 3 | ANÁLISE COMPARATIVA DOS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS: PREVIDÊNCIA SOCIAL X PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A pesquisa desenvolvida tem abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira justifica-se pela consulta e entendimento da literatura que discute o trabalho e os rendimentos na aposentadoria, bem como a questão da Previdência Social brasileira e da previdência privada (complementar aberta), destacando os principais fatores e regras que norteiam cada uma destas. A abordagem quantitativa, por sua vez, foi desenvolvida por meio de simulações elaboradas a partir das regras (ainda vigentes) da Previdência Social, e de duas entidades de previdência complementar que operam no Brasil, a Brasilprev e a Mapfre.

Com o intuito de responder as questões propostas no presente trabalho, tanto a abordagem qualitativa quanto as simulações serviram de base para a análise comparativa entre os dois regimes previdenciários estudados, considerando elementos-chave como o tempo de contribuição, a renda e os benefícios concedidos aos indivíduos.

Dada a necessidade de o trabalhador aposentado manter um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, com vistas a manter um padrão de vida digno, buscou-se analisar os diferentes regimes previdenciários e classificar qual destes é o mais vantajoso do ponto de vista dos benefícios proporcionados aos mesmos.

Para tal, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao teto máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria. Para fins de comparação, simulou-se os possíveis benefícios obtidos por meio da Previdência Social e por duas Entidades Abertas de Previdência Complementar, a Brasilprev e a Mapfre, considerando os mesmos parâmetros de renda, idade e tempo e valor da contribuição. A renda do trabalhador assume o valor de R\$ 5.189,82 e a alíquota de contribuição mensal 11%, ou seja, R\$ 570,88. Adotou-se como idade inicial de contribuição 24 anos e como idade de término 62 anos. Desta forma, o tempo de contribuição deste trabalhador hipotético seria de 38 anos.

Estes valores foram estipulados já tendo em vista possíveis mudanças nas regras da Previdência Social, por meio da reforma que tramita no legislativo nacional. No caso trabalhado, assumiu-se que a pontuação exigida para o recebimento do benefício integral, ou seja, sem a redução pelo fator previdenciário, seria de 100 pontos para homens e 90 pontos para mulheres.

Nesta hipótese, com a idade de 62 anos e os 38 anos de contribuição, o trabalhador do sexo masculino atingiria os 100 pontos necessários para o benefício integral. Após o período de atividade laborativa – com a contribuição mensal supracitada, este trabalhador, ao entrar na inatividade, obteria o direito de receber os benefícios previdenciários integrais, ou seja, no mesmo valor de sua renda mensal (R\$ 5.189,82).

Em comparação à previdência pública, a partir de simulações com os mesmos dados, a previdência privada (Brasilprev e Mapfre) evidenciou uma performance aquém da primeira. Em um cenário de rentabilidade anual líquida (descontada a inflação) de 4%, as duas entidades proporcionariam benefícios mensais de, no máximo, 55,75% daqueles proporcionados pela Previdência Social. Caso fosse possível optar por apenas um destes regimes previdenciários, o trabalhador, optando pelo privado, perderia mais que R\$ 2.000 mensalmente durante todo o seu tempo de aposentadoria, o que evidencia um desempenho inferior ao apregoado pelos que defendem as vantagens de aderir aos planos de previdência privada (Tabela 1).

Perfil do Contribuinte	Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	Seguradora	Brasilprev	Mapfre
Média Salarial	R\$ 5.189,82	<b>Contribuição Mensal</b>	R\$ 570,88	
Alíquota INSS	11%	<b>Tempo de Contribuição</b>	38 anos	
Contribuição Mensal	R\$ 570,88	<b>Rentabilidade Anual Líquida</b>	4%	
Idade de Início	24	<b>Benefício Mensal Vitalício</b>	R\$ 2.893,57	R\$ 2.628,92
Idade de Saída	62	<b>Diferença (Seguradora - INSS)</b>	<b>- R\$ 2.296,25</b>	<b>- R\$ 2.560,90</b>
Tempo de Contribuição	38 anos			
Pontuação INSS	100	<b>Proporção (Seguradora / INSS)</b>	<b>55,75%</b>	<b>50,66%</b>
Aposentadoria 100/90	R\$ 5.189,82			

Tabela 1 - Análise comparativa dos rendimentos da Previdência Social e da Previdência Complementar Aberta

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Previdência Social, Brasilprev e Mapfre.

Deste modo, apesar das críticas e argumentos cada vez mais pessimistas quanto ao futuro da Previdência Social no país, os resultados mostram que, considerando cenários de mesmos aportes/contribuições mensais, mesmo tempo de contribuição e de rentabilidade anual líquida de 4% para a previdência privada, a previdência pública apresenta-se, largamente, mais vantajosa ao conceder o benefício integral ao trabalhador aposentado, uma vez alcançada a pontuação mínima estabelecida.

Vale ressaltar que o cenário de rentabilidade anual líquida, ou seja, já descontada a inflação e as taxas de administração, no patamar de 4% é próximo de uma realidade otimista. Uma vez que os recursos dos planos de previdência são aplicados em maior proporção em ativos de renda fixa, os quais são, via de regra, lastreados pela Taxa Selic, a rentabilidade líquida dificilmente ultrapassará este patamar, principalmente diante do cenário de queda dos juros no Brasil neste ano de 2019.



Para uma análise mais completa dos possíveis rendimentos na aposentadoria, sugere-se uma comparação mais ampla, considerando outras possibilidades além da previdência privada, tais como: títulos públicos federais, fundos de investimentos e demais aplicações disponíveis no mercado financeiro, visando compreender as melhores alternativas de formação da capacidade financeira e manutenção de vida digna no momento da inatividade/aposentadoria.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a transição demográfica para uma população mais envelhecida e, portanto, a crescente necessidade de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária, é de fundamental importância a discussão acerca dos rendimentos na aposentadoria (CAMARANO, 2002). Uma vez que a renda desses depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e que esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos, conceber uma renda próxima à recebida no período de atividade é crucial para manter um padrão de vida digno e protegido de infortúnios.

Desta maneira, é essencial a conscientização e planejamento para um futuro em que as condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos são determinadas, em maior ou menor grau, pelos benefícios previdenciários obtidos. Tal fato é ainda mais necessário no momento atual pelo qual passa o Brasil. A proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), ao reduzir os direitos dos trabalhadores, com elevação da idade mínima e fixação de parâmetros dificilmente atingíveis, especialmente para os mais pobres, torna-os ainda mais vulneráveis no momento que encerram suas atividades laborativas, parecendo desconsiderar o prolongado período que contribuíram.

O benefício previdenciário, como aqui se discutiu, pode ser pago pela Previdência Social ou previdência complementar, a primeira de adesão compulsória e a segunda, voluntária. Cada vez mais o RGPS vem perdendo importância para os trabalhadores de renda média e alta, abrindo espaço para a previdência privada, que tem aumentado o número de participantes no país.

No presente trabalho, constatou-se que num cenário otimista, com rentabilidade anual futura líquida de 4%, a previdência pública é mais vantajosa que a previdência privada para os beneficiários que possuem média salarial até o teto dos valores de aposentadoria do INSS (R\$ 5.189,82). Deste modo, caso fosse possível a opção por um dos regimes, claramente, o mais recomendado seria a Previdência Social.

Seria, então, dentre tantas outras críticas à Previdência Social estampadas nas redes sociais e em alguns veículos da imprensa, a Reforma da Previdência uma maneira de torná-la cada vez menos atraente para o trabalhador de mais alta renda no país? Os dados aqui apresentados sugerem que sim. No entanto, para uma análise mais completa do tema, faz-se necessário outros estudos para melhor discutir essa

hipótese de financeirização da previdência do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

BRASILPREV. **Simulador**. Disponível em: <<https://www2.brasilprev.com.br/SimuleContrate/Paginas/default.aspx>>. Acesso em de agosto de 2016.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 2. PUC-RS, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Texto para discussão nº 858. IPEA. Rio de Janeiro, 2002.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Aprenda a simular quando e quanto será a sua aposentadoria**. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/05/aprenda-a-simular-quando-e-quanto-sera-a-sua-aposentadoria-4761784.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

ESTADÃO. **Previdência privada não conseguiu repor a inflação**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,previdencia-privada-nao-conseguiu-repor-a-inflacao-imp-,1116809>>. Acesso em 4 de maio de 2016.

FOLHA. **Calculadora da aposentadoria: em que ano você pode parar de trabalhar sem desconto no benefício**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720484-calculadora-da-aposentadoria-em-que-ano-voce-pode-parar-de-trabalhar.shtml>>. Acesso em 5 de junho de 2016.

FREITAS, I. DA C. **Previdência Social e Democracia**, 2008. Disponível em: <[http://www2.anfip.org.br/Fundacao\\_ANFIP/publicacoes/publicacoes/artigos/IreneFreitas\\_08AGO08.pdf](http://www2.anfip.org.br/Fundacao_ANFIP/publicacoes/publicacoes/artigos/IreneFreitas_08AGO08.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2016.

GUIMARÃES, Magda Cristiane Monteiro. Estudo do programa da educação financeira e previdência nas entidades fechadas de previdência complementar. In: **2º Prêmio PREVIC de Monografias: previdência complementar fechada**. Brasília: MPS, Previc, 2010, p. 59-119.

JORNAL HOJE. **Entenda como funciona e veja qual a melhor regra para se aposentar**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/03/entenda-como-funciona-e-veja-qual-melhor-regra-para-se-aposentar.html>>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

JUSBRASIL. **O que muda no cálculo da aposentadoria com a regra 85/95 da MP nº 676/2015**. Disponível em: <<http://paulamcasi.jusbrasil.com.br/artigos/200643297/o-que-muda-no-calculo-da-aposentadoria-com-a-regra-85-95-da-mp-n-676-2015>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MAPFRE. **Simulador**. Disponível em: <<http://simulador.mapfreprevidencia.com.br/>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Aposentadorias**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/aposentadoria>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS)**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

MTPS. **Fator previdenciário 2016**. Disponível em: <[http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/fator-previdenciario\\_2016.pdf](http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/fator-previdenciario_2016.pdf)>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PROTESTE. **Aposentadoria: confira 10 novas regras do INSS.** Disponível em: <<http://www.proteste.org.br/dinheiro/previdencia-e-aposentadoria/noticia/aposentadoria-confira-10-novas-regras-do-inss>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. Seguridade social: conceito constitucional e aspectos gerais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&%20artigoid=11212](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigoid=11212)>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

VIEIRA, R. R.; NETO, A. B. S. **O Papel da Previdência Social na Efetivação de um Estado de Bem-Estar Social Brasileiro.** Reunião Anual da SBPC. **Anais.** Florianópolis: 2006.

WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C., & OLIVEIRA, E. L. (2004). **Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências.** In A. A. Camarano (Org.), Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? (pg. 453-479). Rio de Janeiro: IPEA.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <[awsvasconcelos@gmail.com](mailto:awsvasconcelos@gmail.com)>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-438-2

